

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE
PESSOA JURÍDICA PARA FAZER A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ-AÇU**

Setor/Órgão/UC Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-
AM/RDS Igapó-Açú

Manaus-AM, julho de 2021.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RDS IGAPÓ-AÇU

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Dados gerais da unidade

- Categoria: Uso Sustentável
- Nome da unidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Igapó-Açú
- Órgão responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- Estado: Amazonas
- Municípios que abrangem a unidade: Borba, Manicoré e Beruri,
- Área da unidade: 397.557,323 ha

2. CONTEXTO

2.1 Breve histórico

O histórico de criação da RDS Igapó-Açu teve início a partir de:

- 2004, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério dos transportes estabelecem diretrizes para o Programa Nacional de Regulamentação Ambiental das Rodovias Federais;
- 2005, o Governo Federal resolve recuperar o pavimento da Rodovia BR – 319, que liga Manaus\AM à Porto Velho;
- 2006, o MMA decreta com base no artigo 22 – A (SNUC) a ALAP no entorno da BR-319 para estudos voltados à criação de unidades de conservação;
- 2008, a portaria n. 295 do MMA institui o Grupo de Trabalho (GT) BR-319, com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da Rodovia BR – 319;
- 2009 o Governo do Amazonas com base no SEUC criou por meio do Decreto Estadual nº 28.420 de 27 de março de 2009, a Unidade de Conservação RDS Igapó-Açu.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu foi criada tendo como objetivo preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente desenvolvidas pelas comunidades residentes da UC (Unidade de conservação) e de seu entorno.

Após a criação desta UC iniciou-se a elaboração do Plano de Gestão, dando início ao seu histórico de elaboração a partir de:

- Julho de 2013 com o levantamento socioeconômico; visita a casa de moradores; mapeamento participativo;
- Setembro de 2013 com a realização da expedição de levantamento de fauna e flora;
- Janeiro de 2014, reunião para demonstrar os resultados do diagnóstico;
- Fevereiro de 2014, consulta pública e aprovação do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu.

Durante a elaboração do Plano de Gestão, todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com a RDS Igapó-Açu tiveram a oportunidade de participar. As comunidades locais e do entorno da UC deram informações importantes sobre a área e mostraram quais programas serão necessários na Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

A RDS Igapó Açu destaca-se por ser atravessada pela BR-319. Em 2017 foi instituído pelo MPF o fórum permanente de discussões sobre o processo de reabertura da BR-319, composto por instituições públicas e privadas, associações e sociedade civil e têm discutido formas de reverter os altos índices de desmatamento, queimadas, invasão de terras e conflitos fundiários na Amazônia.

2.2 Origem do nome

O nome se deve a localização da Unidade de Conservação na área do município de Canutama, que tem origem na tradução do tupi-guarani onde 'canut' era uma antiga tribo indígena que habitou não só a região do Purus como outras regiões do Brasil e 'tamah' significa terra. Portanto, Canutama significa "terra dos canus" (INÁCIO, 2012).

2.3 Características

A RDS Igapó-Açu possui uma área territorial de 397.557,323 hectares, está localizada entre os rios Purus e Matupiri, nos municípios de Borba, Manicoré e Beruri. Limita-se na porção norte com Projeto de Assentamento Agroextrativista (P.A.E) Tupana Igapó-Açu I e (P.A.E) Tupana Igapó-Açu II. A leste limita-se com a Terra Indígena Cunhã-Sapucaia. Na porção sul limita-se com o PAREST do Matupiri, RDS do Rio Amapá e o Parque Nacional Nascentes do Lago Jari. Atravessada pela BR-319, requer uma atenção maior, pois as ameaças que se apresentam são inúmeras

com sua pavimentação e afetam diretamente na biodiversidade, economia e no desenvolvimento local.

Toda a extensão territorial da RDS Igapó-Açu está localizada em uma porção de terras não matriculadas do Governo do Estado do Amazonas (394.622,96 hectares). Dentro dos limites da RDS nenhuma das posses possui título definitivo.

Além dos moradores da RDS, há localidades, aldeias indígenas e moradores do “Terra Legal” no entorno da RDS que utilizam os recursos naturais da RDS Igapó-Açu.

A participação dos moradores nas associações é muito importante para o desenvolvimento dos programas propostos pelo Plano de Gestão e alcançar as melhorias que todos desejam. Comunidades participativas são mais fortalecidas na busca das suas condições de vida pessoal e social.

Atributos naturais: Quanto à hidrografia, a RDS é drenada pela bacia do Madeira, todos os rios desaguam direta ou indiretamente no rio Madeira. A Unidade de Conservação tem como rio principal o Rio Igapó-Açu, afluente da margem esquerda do rio Madeira, apresenta uma profundidade de 15m a 20m, à montante e à jusante, respectivamente. Apesar de ser afluente de um típico rio de águas brancas, com nascentes nos contrafortes andinos, o rio Igapó-Açu caracteriza-se como um rio de água preta da planície amazônica. Segundo Fearnside et al. (2009) o Rio Igapó-Açu possui o pH ácido e baixa condutividade elétrica, baixa turbidez e concentração de sólidos totais dissolvidos.

A RDS Igapó-Açu apresenta uma fisionomia florestal específica, com florestas densas em baixas altitudes, cujos elementos paisagísticos remetem à classificação de Floresta Ombrófila Densa. Essa classificação é comum em florestas que se espacializam em terraços antigos e recentes de platôs terciários, com estratos vegetativos diferenciados.

Compreender a constituição física da RDS Igapó Açu é imprescindível, visto que as atividades humanas se territorializam em áreas com características específicas quanto ao uso e ocupação do solo. A organização social e o ordenamento territorial seguem alguns traços geográficos precisos, de modo que a ausência dos elementos físicos básicos para a reprodução social indica o posterior reordenamento do território. Entretanto, a RDS Igapó Açu possui características físicas que contribuem para o desenvolvimento das atividades florestais e dos variados cultivos em territórios

delimitados, não sendo necessário a reterritorialização das atividades produtivas em curtos períodos de tempo.

Biodiversidade: Na região do Igapó-Açu possui duas fitofisionomias vegetais principais (Floresta de Terra Firme e Floresta de Igapó). Ocorrem também outros tipos vegetacionais como as campinas e campinaranas. A RDS é caracterizada pela predominância de uma Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel Emergente (Terra Firme), perfazendo mais de 90% da área total, com cerca de 367.754 ha, o que era esperado que a maior diversidade de espécies de plantas se encontrasse neste tipo de ambiente.

As espécies mais importantes na composição florística são Babaçu (*Attalea speciosa*) e mata-matá (*Eschweilera coriacea*). O babaçu possui potencial econômico na RDS Igapó-Açu, mas ainda pouco utilizado, o que possibilitaria renda para a população local.

Na RDS Igapó-Açu encontra-se uma diversidade enorme de insetos, peixes, jacarés, quelônios, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Dentre os insetos destacam-se formigas, vespas e abelhas. No caso das abelhas, realizam serviços ambientais relevantes ao homem e correspondem a atividades econômicas significativas, como a polinização e a apicultura.

Foram encontradas duas espécies de jacaré no estudo de impacto ambiental da BR 319 em área onde hoje se encontra a RDS Igapó-Açu. As espécies encontradas são Jacaré tinga (*Caiman crocodilus*) e Jacaré Açu (*Melanosuchus niger*).

Podemos destacar os quelônios como uma espécie de animal, muito encontrada na RDS Igapó - Açu, existe uma Lei de Proteção à Fauna Nº. 5.197 que proíbe a caça comercial de quelônios, os moradores buscam junto ao Projeto Pé de Pincha o manejo dos quelônios desde 2010. Dos animais identificados na RDS Igapó-Açu os mais comumente encontrados são o Tracajá – *Podocnemis unifilis*, e o Cabeçudo – *Peltoccephalusdumerelianos* com 30,2%, também são encontrados são a Lalá 11,6% Matamatá 9,3% *Chelus fimbriatus*, o Iaçá *Podocnemis sextuberculata*, Aperema *Podocnemis erythrocephala* e Tartaruga de Igapó, ambos com 4,7%, e em menor quantidade o Jabuti Amarelo (*Chelonoidis denticulata*) quelônios terrestre, encontrados na floresta local, e a Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), encontrados em uma localidade distante.

Socioeconômica: A população da RDS Igapó-Açu está distribuída em 2 (duas) comunidades (São Sebastião do Igapó-Açú e Jacaretinga) e 4 (quatro) localidades, totalizando 55 famílias e 200 pessoas que usam diretamente a RDS, conforme mostra o quadro abaixo:

Nome do Lugar	Tipo	Situação	Município
1. São Sebastião do Igapó-Açu	Comunidade	Dentro da UC	Margem direita do Rio Igapó-Açu (Borba)
2. Jacaretinga	Comunidade	Dentro da UC	BR-319 (KM 300 Manicoré)
3. Deus é Pai	Localidade	Entorno	Margem esquerda do Rio Igapó-Açu (Beruri)
4. Couro velho	Localidade	Entorno	Margem esquerda do Rio Igapó-Açu (Borba)
5. Reflorestamento de Castanheira	Localidade	Dentro da UC	BR-319 (Manicoré)
6. Sapatu - Rio Igapó-Açu	Localidade	Entorno	Margem esquerda do Rio Igapó-Açu (Borba)

Toda a extensão territorial da RDS Igapó-Açu está localizada em uma porção de terras não matriculadas do Governo do Estado do Amazonas (394.622,96 hectares). Dentro dos limites da RDS nenhuma das posses possui título definitivo. Além dos moradores da RDS, há localidades, aldeias indígenas e moradores do “Terra Legal” no entorno da UC que utilizam os recursos naturais da RDS Igapó-Açu.

A participação dos moradores nas associações é muito importante para o desenvolvimento dos programas propostos pelo Plano de Gestão e alcançar as melhorias que todos desejam. A maior parte dos moradores e usuários da UC participa de algum tipo de organização social, como: Associação dos Produtores de Jacaretinga, Associação Comunitária de São Sebastião de Igapó-Açú e Colônia de Pescadores Z-49.

Na RDS Igapó-Açu atuam instituições governamentais e não governamentais e que participam do Conselho Deliberativo, formado em agosto de 2013 e empossado em fevereiro de 2014, tendo como presidente o gestor da UC. Essas instituições são importantes parceiras para o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Gestão.

As principais atividades econômicas praticadas na RDS Igapó-Açu são a Agricultura como a principal fonte de renda dos moradores e usuários da RDS (farinha de mandioca), a pesca (comercial, subsistência e esportiva), extrativismo (castanha, andiroba) e turismo complementam a renda.

Na RDS Igapó-Açu a criação de animais é unicamente para alimentar a família. Todas as comunidades praticam o extrativismo vegetal para fins medicinais, alimentícios e econômicos. A castanha, o açaí, o patauá e a andiroba são as espécies mais utilizadas pelos moradores. A madeira extraída da RDS é utilizada na construção de moradia, casa de farinha, tabuleiros ou balcões suspensos, barcos e nas reformas das pontes ao longo da BR-319, tem como finalidade principal o consumo pelos residentes e uma parte dele é voltado para a comercialização. A pesca comercial é praticada pelos moradores do interior e do entorno da RDS. A pesca esportiva do Tucunaré é vista como uma alternativa econômica para as comunidades que vivem na RDS, porém tem gerado alguns conflitos entre moradores e visitantes, as áreas onde elas acontecem são próximas às comunidades.

Localização e acessos: A RDS Igapó-Açu está localizada entre os rios Purus e Matupiri, nos municípios de Borba, Manicoré e Beruri, possui uma área territorial de 397.557,323 hectares. Limita-se na porção norte com Projeto de Assentamento Agroextrativista (P.A.E) Tupana Igapó-Açu I e (P.A.E) Tupana Igapó-Açu II. A leste limita-se com a Terra Indígena Cunhã-Sapucaia. Na porção sul limita-se com o PAREST do Matupiri, RDS do Rio Amapá e o Parque Nacional Nascentes do Lago Jari. Atravessada pela BR-319.

O acesso a RDS pode ser feito de duas formas: **via terrestre** pela BR-319, percorrendo os municípios de Careiro da Várzea e Careiro (Castanho), além dos Assentamentos Tupana Igapó-Açu I e Tupana Igapó-Açu II no sentido Manaus-Porto Velho. Este percurso chega a durar no inverno aproximadamente cinco horas de viagem em carro tracionado devido às péssimas condições da estrada. Já no sentido Porto Velho-Manaus o trajeto se inicia no município de Humaitá passando pelo entroncamento da rodovia BR-230 com a BR-319, perfazendo uma distância de 100km até o PAE Realidade. As Unidades de Conservação Federais Parque Nacional Nascentes do Lago Jari e RESEX Lago Capanã Grande também fazem parte do trajeto e limitam-se com a RDS Igapó-Açu. **Via fluvial** saindo do município de Borba em barco recreio o acesso se dá pelos rios Preto e Paranã do Madeirinha e finalmente encontrando no Rio Igapó-Açu.

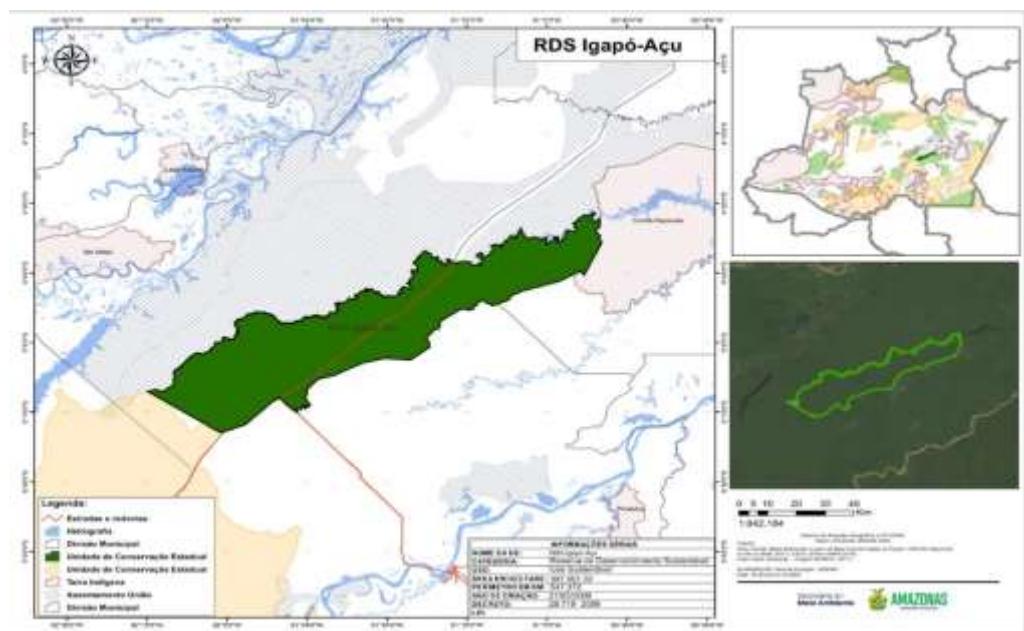


Figura 1 – Mapa de localização da RDS Igapó-Açu

3. JUSTIFICATIVA

A ameaça em escala global aos ecossistemas ainda intactos, ou que sofreram poucas alterações, tem levado especialistas e governantes a buscarem formas de conservação e preservação do meio ambiente, tendo como principal missão conter o avanço e o crescimento dos processos que ameaçam esses ecossistemas.

Assim como a pandemia do Covid 19 que vem se alastrando e todas as mudanças causadas por ele, a questão da BR-319 e seus entraves que afetam diretamente a UC e as pessoas que nela vivem e outras possíveis ameaças que devem ser levados em consideração, passados esses 7 (sete) anos em que o Plano de Gestão foi aprovado.

A criação de Unidades de Conservação (UC) e outras categorias de áreas protegidas tem sido a principal estratégia para a conservação da biodiversidade que contam com um Plano de Gestão, um documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da UC, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estrutura física necessária à gestão da Unidade.

Para se avaliar a implementação desse Plano de Gestão se faz necessária uma revisão e atualização de conteúdo das informações e documentos já existentes, além de entrevistas com gestores e atores envolvidos que atuam diretamente na gestão desta UC e seu entorno.

4. OBJETIVO

Contratação de serviços de consultoria especializada para executar a revisão e atualização das informações, diagnósticos, zoneamentos, regras de usos, programas e medidas de gestão do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Igapó-Açu, situada no sudoeste do estado do Amazonas, abrangendo os municípios de Beruri, Borba e Manicoré, localizado na divisa com o Estado do Amazonas.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Fazer avaliação das atividades previstas e executadas na versão original do Plano de Gestão;
- b) Atualizar os dados socioeconômicos e das cadeias produtivas da RDS Igapó-Açu e entorno;
- c) Diagnosticar as fragilidades e potencialidades da RDS Igapó-Açu e entorno;
- d) Diagnosticar e avaliar os impactos do uso dos recursos naturais, ambientais da RDS Igapó-Açu e entorno;
- e) Elaborar uma minuta de regimento interno nas comunidades da RDS Igapó-Açu e entorno;
- f) Atualizar a situação fundiária da RDS Igapó-Açu e entorno;
- g) Avaliar as mudanças e impactos causados com a pavimentação da BR – 319 (construção da ponte, retirada de casas, realocação das casas das famílias) na RDS Igapó-Açu e entorno;
- h) Atualizar o zoneamento, as regras de uso e revisão dos programas de gestão (destacando o que foi feito e o que é prioridade) da RDS Igapó-Açu e entorno;
- i) Fornecer os relatórios parciais das atividades realizadas da RDS Igapó-Açu e entorno;
- j) Disponibilizar relatórios em mídia digital e impressa; base de dados georreferenciadas digital e impressa da RDS do Igapó-Açu e entorno;
- k) Entregar para a SEMA-AM toda a base geográfica digital (*shapefiles*) e os registros fotográficos das atividades e eventos da RDS do Igapó-Açu e entorno;
- l) Entregar os produtos conforme o Termo de Referência (TdR).

6. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da Equipe da SEMA para a elaboração dos Planos de Gestão, seguindo as metodologias

e estratégias apresentadas nos Roteiros Metodológicos disponíveis para Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estadual do Amazonas e nas diretrizes institucionais apontadas pela SEMA que supervisionará e aprovará os respectivos da consultoria.

Também para fins de operacionalização logística, a CONTRATADA, deve atentar para o período de sazonalidade de inverno e verão no que tange o acesso as populações, comunidades, setores e áreas estratégicas dessa região. Sugerimos que as atividades de campo sejam realizadas no período médio das cheias dos rios, que compreende de julho a novembro.

Além dos estudos demandados, a revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu deverá considerar os estudos e documentos atuais e já existentes sobre a Reserva.

Os técnicos da SEMA deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento das informações buscando proporcionar maior envolvimento da equipe com as metodologias e resultados deste trabalho, para fins de monitoramento e avaliações futuras dos documentos.

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar, em formato digital, para análise da SEMA-AM. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final, que deverá ser entregue em formato digital e impresso, conforme especificação dos produtos. A SEMA poderá solicitar até no máximo duas revisões de cada produto entregue, com prazo de retorno a contratada de até dez dias. O pagamento pelos produtos será realizado após sua aprovação.

A concepção metodológica a ser desenvolvida no TdR incorpora o princípio inicial de envolvimento dos participantes em sua realidade, considerando seu modo de vida, vias de acesso e atividades econômicas dos personagens envolvidos no processo e comprometimento de participação consciente o suficiente para observar as questões sociais, políticas, ética e de cidadania de sua região.

Para que as lideranças possam participar ativamente da Oficina de Planejamento Participativo - OPP (que implica em tomada de decisão, cumprimento de regras estabelecidas, respeitando as falas, ideias e conhecimento) se faz necessário que estejam instrumentalizadas e conscientes sobre o seu papel enquanto agente participativo, capaz de se manifestar e descrever sobre a realidade em que vivem.

7. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu serão desdobradas em 05 etapas, conforme consta abaixo:

ETAPA 1 – Organização do Plano de Trabalho

Participação do Coordenador Geral da CONTRATADA para realizar a Reunião e produção da Organização do Planejamento, com duração de 02 dias, na cidade de Manaus/AM, para apresentação do Plano de Trabalho objeto desse Termo de Referência para a SEMA/AM, em até 15 dias após a assinatura do contrato.

Nesta Reunião serão definidas e niveladas, as estratégias e metodologias, logísticas e cronograma das etapas de revisão do Plano de Gestão, a ser incluídas em um cronograma detalhado, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATADA. Nessa fase será disponibilizado à CONTRATADA o banco de dados de informações sobre a UC, de posse da SEMA/AM, além das referências legais, técnicas e metodológicas que nortearão a revisão do Plano de Gestão.

Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.

ETAPA 2 – Sistematização, análise das informações disponíveis, atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão e atualização dos dados fundiários.

Sistematização e análise das informações disponíveis.

Esta atividade visa a revisão do plano de gestão requer buscar, sistematizar e analisar dados pré-existentes sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa, uso público – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente, e demais dados e informações oficiais, seguindo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão da SEMA. Esse documento será à base do Diagnóstico para a atualização das informações do Plano de Gestão da UC, a qual será elaborado segundo definição na Etapa 1 – Plano de Trabalho, com a identificação do material relevante aos planejamentos, e as respectivas lacunas de informação. A revisão destes dados

secundários poderá ser realizada em escritório sem a necessidade de ir a campo. A SEMA fornecerá os dados disponíveis para a realização da mesma. A CONTRATADA compilará os dados secundários disponibilizados pela SEMA-AM durante as atividades de campo, equiparando as informações e atualizando os dados.

Todas as referências utilizadas deverão ser disponibilizadas em um banco de informações que acompanharão o Diagnóstico preliminar.

Levantamento de campo

Com base no diagnóstico apresentado na sistematização de dados secundários, a CONTRATADA realizará as atividades de campo conforme metodologias apresentadas no Produto 1 e seguindo as orientações descritas abaixo para atividades de coleta de dados primários.

Participar do levantamento de campo na qual será realizada uma incursão às áreas da UC juntamente com o Coordenador Geral da CONTRATADA e da equipe gestora da UC. Este levantamento será dividido em 02 (duas) áreas estratégicas.

Nas atividades de campo a CONTRATADA deverá iniciar de forma participativa a elaboração do Modelo Conceitual da RDS Igapó-Açu com base nos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, (Alvos de Conservação, Serviços Ecossistêmicos, Alvos de Bem-estar Social e Ameaças) e apresentar com base no método, os conceitos, graus de interferência, tabelas e outras facetas dos métodos que possam levar o grupo a refletir sobre o que se pretende alcançar por meio da visitação da RDS de acordo com seus objetivos, obtendo dados primários em campo (socioeconômico, cadeias produtivas, fundiário, zoneamento, regras de uso, pesquisa e programas de gestão) e o conhecimento da situação local, cabendo à CONTRATADA elaborar e realizar consultas e entrevistas participativas e colaborativas juntas com os moradores, bem como os demais usuários que se relacionam direta e indiretamente com a RDS Igapó-Açu e seu entorno.

Levantamento socioeconômico

A CONTRATADA com apoio técnico da SEMA realizarão a sensibilização nas diferentes instituições parceiras e organizações da sociedade civil sobre a Atualização e Revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu. Também deverá mobilizar e realizar **Reuniões** comunitárias que compõem a RDS Igapó-Açu e em seu entorno compreendendo um período de 07 (sete) dias.

A CONTRATADA atualizará os dados e as informações dos moradores da RDS

Igapó-Açu e entorno por meio da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo abrangendo a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades; a identificação do quantitativo da população; a identificação das situações de conflito existentes ou potenciais conflitos na Reserva; análise socioeconômica integral, assim como (re)identificar a infraestrutura e instalações de apoio social, comunitário e econômico (escolas, postos de saúde, micro agroindústrias) e o atual contexto de atuação das organizações associativas e lideranças comunitárias existentes nas comunidades da RDS Igapó-Açu e a relação entre elas. Também deverão ser caracterizadas as atividades potenciais de uso público bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes ou propostos. Devem ser relacionadas às informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos à UC, municípios de onde vem à demanda de visitação, desenvolvimento do turismo no entorno, perfil do visitante, infraestrutura planejada caso exista, áreas com indicação de potencial para visitação e principais grupos de interesse).

Para tanto, a SEMA-AM fornecerá um questionário padrão que poderá ser ajustado, caso necessário, pela CONTRATADA, com anuênci da SEMA-AM.

Em decorrência da situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), devem ser elaboradas diretrizes para adaptação ao contexto político-institucional e biossanitário durante e pós calamidades públicas e a ocorrência de riscos e desastres socioambientais na RDS Igapó-Açu e entorno. A partir disso, a CONTRATADA deve levantar informações censitárias sobre saneamento básico e índice de doenças infectocontagiosas e endêmicas nas comunidades da RDS Igapó-Açu, assim como, as condições possíveis de disseminação de contaminações na RDS Igapó-Açu e entorno.

Caracterização da situação fundiária

A CONTRATADA deverá caracterizar a situação fundiária das áreas ocupadas por moradores, localizadas no interior e no entorno da UC, assim como, identificar conflitos existentes ou potenciais na Reserva, bem levantamentos nos órgãos de terra e informações cartoriais municipais, conforme itens abaixo:

- I – Glebas, verificando tamanho e percentual na RDS;
- II – Ocupações irregulares e invasões;
- III – Propriedades particulares (Títulos Definitivos, Títulos Provisórios e Termo

de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU individuais);

IV – Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU coletivo da RDS;

V – Limites municipais abrangidos pelo atual polígono da RDS;

VI – Sobreposições de Terras Indígenas e UC federais com a RDS;

Diagnóstico de cadeias produtivas

No Diagnóstico de **Cadeias Produtivas** (agrícolas, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial) deverão ser caracterizadas as atividades potenciais ou já realizadas - mesmo que informalmente, assim como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes ou propostos. Com base nos levantamentos deverão ser identificadas as possíveis oportunidades e ameaças advindas das atividades econômicas e sua potencialidade (acessos a RDS Igapó-Açu, municípios de onde vem à demanda, perfil do usuário, infraestrutura planejada caso exista, áreas com indicação de potencial para produção e alternativas sustentáveis). Devem também ser consideradas as atividades de produção que ocorrem no entorno ou nas cidades com maior potencial consumidor. Este levantamento poderá ser feito por meio de questionários elaborados pela contratada em conjunto a SEMA, nas mesmas áreas estratégicas que serão realizados o socioeconômico. Contudo, o diagnóstico das cadeias produtivas deve:

- Identificar, caracterizar e analisar as áreas onde a produção agrícola, extrativismo vegetal e pesca comercial atual é formal, informal, incipiente, desorganizado ou inexistente;
- Identificar os locais, dentro da RDS Igapó-Açu, onde potenciais atividades de produção, extrativismo e pesca comercial e seus atributos estão inseridos, descrevendo seu meio físico;
- Descrever os prováveis impactos sociais, econômicos e ambientais;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades através da identificação de nichos de mercado a serem explorados, buscando sempre minimizar os riscos para a conservação da RDS;
- Descrever a infraestrutura mínima necessária, com descrição das características do acesso;
- Identificar temáticas já implantadas;

- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pela RDS Igapó-Açu por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível, a integração da comunidade local nos processos de produção, extrativismo e pesca comercial da RDS Igapó-Açu;
- Sugerir estratégias de monitoramento de cada atividade quanto à qualidade dos produtos e aos impactos ambientais de seu funcionamento;
- Elaborar mapas da RDS Igapó-Açu e suas áreas produtivas em formato A4, A3 e A0, apresentando, identificando e destacando:
 - ✓ Categoria de uso (área de produção agrícola, extrativismo e pesca comercial);
 - ✓ Sazonalidade;
 - ✓ Condições de acesso.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para as atividades a partir do núcleo (s) urbano (s) mais próximo (s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva da RDS Igapó-Açu (para analisar o escoamento dessa produção);
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.
- Propor priorização da implementação de políticas públicas, com base nas prioridades identificadas, a ser utilizada pela equipe da RDS Igapó-Açu como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Zoneamento

Caberá a CONTRATADA também verificar e qualificar as sobreposições territoriais e institucionais às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade e Proteção do Patrimônio Espeleológico, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Corredor Central da Amazônia – CCA e demais corredores ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas, Geoparques, Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC, Sítios Ramsar, Áreas de Interesse de Conservação de Morcegos – AICOM e Aves – IBA, Sítios Arqueológicos e Espelológicos, Terras Indígenas e Quilombolas,

Assentamentos Rurais e UC federais e municipais, incluindo as Reservas Privadas (RPPN). Deverá ser realizada abordagem para cada terminologia, e consolidada Matriz de sistematização dos dados, contendo os valores de sobreposição territorial.

Elaborar mapas da RDS em formato A4, A3 e A0 apresentando a espacialização da localização das áreas da RDS Igapó-Açu onde ocorrem pesquisas científicas ou monitoramento técnico-científico e Sítios Arqueológicos e Espeleológicos, Terras Indígenas e Quilombolas, Assentamentos Rurais e UC federais e municipais, incluindo as Reservas Privadas (RPPN), destacando a sazonalidade e as condições de acesso. No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para o local da pesquisa a partir do núcleo (s) urbano (s) mais próximo (s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da UC. Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.

A CONTRATADA deverá atualizar os Diagnósticos da RDS Igapó-Açu com base nos possíveis estudos já existentes, Reconhecimento de Campo, Reuniões Abertas e Setoriais, diagnóstico e outras informações obtidas e encaminhar para a SEMA-AM, previamente à reunião dessa etapa. O produto deve obrigatoriamente:

- I. Promover a gestão da UC, orientado pelo conhecimento disponível e gerado;
- II. Estabelecer a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais;
- III. Revisar e atualizar as zonas de uso das comunidades;
- IV. Revisar e atualizar as regras de uso dos recursos naturais;
- V. Ordenar atividades de uso público, de forma que fique garantida a conservação dos recursos naturais da UC, a sensibilização dos visitantes para com a natureza e o retorno de benefícios para as populações locais;
- VI. Integrar a UC com as populações e sua área de entorno;
- VII. Identificar fontes de recursos financeiros e orientar a aplicação dos mesmos na UC;
- VIII. Fortalecer a proteção da UC, através de um programa de proteção e vigilância;
- IX. Elaborar o Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na UC;
- X. Estabelecer participativamente as regras de uso da UC

Com base no Diagnóstico Preliminar a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a RDS Igapó-Açu, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Programas de gestão

Após esse diagnóstico, a CONTRATADA deverá construir programa de gestão integrada específico que se relacione com os planos de ação dos Territórios Institucionais sobrepostos.

Será obrigatória a elaboração pela CONTRATADA de uma Matriz de Planejamento sistematizada do Parque Estadual, contendo todos os programas de gestão, subprogramas, as atividades (medidas de gestão), meios de verificação (indicadores), Pré-Requisitos, Parceiros Institucionais e Prazos (contados em meses).

A atualização do zoneamento, regras de uso e programas de gestão deverão obrigatoriamente:

- I. Promover a gestão da UC, orientado pelo conhecimento disponível e gerado;
- II. Estabelecer a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais;
- III. Revisar e atualizar as zonas de uso das comunidades;
- IV. Revisar e atualizar as regras de uso dos recursos naturais;
- V. Integrar a UC com as populações e sua área de entorno;
- VI. Identificar fontes de recursos financeiros e orientar a aplicação dos mesmos na UC;
- VII. Elaborar uma matriz dos programas de gestão;

Os dados coletados e levantados devem estar georreferenciados e sistematizados em banco de dados, devendo a referência espacial compor um sistema de informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA/AM. O formato para a representação cartográfica será do IBGE. A escala de trabalho deverá ser a de 1:250.000, ou escala maior quando for necessário melhor detalhamento. O registro espacial dos dados e informações deverá ser compatível com a escala adotada, de modo a não haver impropriedade espacial de registro.

A CONTRATADA deverá complementar a versão preliminar dos Diagnósticos da RDS Igapó-Açu, com base no Plano de Gestão existente, e nos dados levantados em campo, e encaminhar para a avaliação e aprovação da SEMA/AM.

Além dos produtos, nessa etapa, a CONTRATADA, por meio do Coordenador Geral, deverá participar de uma reunião técnica de 02 (dois) dias de modo remoto juntamente com a participação da SEMA/AM, onde serão avaliados os Diagnósticos Preliminares referentes as propostas de zoneamento e a condução dos trabalhos da OPP.

Produto 2: Versão preliminar da revisão e atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeia produtiva, fundiário, pesquisa, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão relacionados ao Plano de Gestão vigente, em formato digital.

ETAPA 3 - Oficina de Planejamento Participativo - OPP

A CONTRATADA deverá conduzir, juntamente com a SEMA/AM, a Oficina de Planejamento Participativo, evento de 2 (dois) dias para cada setor da RDS Igapó-Açu, tanto na margem direita quanto na margem esquerda.

As diretrizes de planejamento serão trabalhadas de forma coletiva. Caberá a CONTRATADA, com apoio e orientações da SEMA/AM, realizar a mobilização das pessoas ou instituições, organizar e custear a reunião (transporte, alimentação, material de expediente e local da reunião).

Caberá a CONTRATADA disponibilizar e custear a participação de dois profissionais, um para moderar e outro para relatar a OPP. É obrigação da CONTRATADA, também, custear as despesas do Coordenador Geral, que deverá estar presente.

Na oficina deverá ser apresentada pela CONTRATADA o resumo do diagnóstico preliminar da RDS.

Em seguida, a oficina deverá ser orientada com base nas metodologias de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* (CMP, 2007) para o refinamento do **Modelo Conceitual** da RDS Igapó-Açu e respectivas análises estratégicas, de acordo com as orientações da SEMA/AM.

As propostas de zoneamento interno e das zonas de amortecimento da RDS Igapó-Açu serão trabalhadas a partir de ferramentas participativas, do diagnóstico e dos mapas situacionais já produzidos, que deverão ser entregues em formato digital em tamanho A3 e A0, e impressos em tamanho A0 para serem levados para a Oficina pela CONTRATADA.

Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário e os programas de gestão da RDS Igapó-Açu, devendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.

ETAPA 4 – Versão preliminar da Revisão do Plano de Gestão e Apresentação ao Conselho Deliberativo da RDS

A CONTRATADA apresentará a versão consolidada da revisão do plano de gestão em uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação com participação em média de 17 representantes do conselho com duração de 02 (dois) dias.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe até o local da reunião, bem como os custos de permanência de sua equipe no período de vigência do contrato, com a supervisão da SEMA/AM. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização da atividade. Caberá à CONTRATADA viabilizar a participação do Coordenador Geral.

O documento preliminar da Revisão do Plano de Gestão deverá conter: sumário das atividades desenvolvidas; sumário dos resultados obtidos; informações relevantes ao diagnóstico socioeconômico; o zoneamento das áreas de manejo dos recursos naturais e zoneamento das áreas de uso e preservação; regras de uso e uma matriz com os programas de gestão, além das listas de presenças e registros fotográficos.

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a equipe SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizada, pela equipe da SEMA.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório documentando com as análises, discussões e propostas levantadas na reunião do Conselho Deliberativo.

Produto 4: Relatório de apresentação da revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS Igapó-Açu em versão digital.

ETAPA 5 – Consolidação do produto final – Revisão do Plano de Gestão - juntamente com as contribuições do Conselho Deliberativo e da SEMA

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizado, pela SEMA-AM.

A CONTRATADA deverá elaborar ainda um Relatório documentando e analisando todo o processo de revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu registrando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo de planejamento e revisão do Plano de Gestão das Unidades de Conservação.

É de responsabilidade da CONTRATADA elaborar uma versão resumida e ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS contendo as principais informações da revisão do plano.

Todos os documentos gerados neste Produto, deverão ser entregues, em formato digital e físico, para a SEMA-AM, contendo todas as informações atualizadas.

Produto 5: Versão final da primeira Revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível a comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail ou Pendrive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato Shapefile.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (*Pen Drive*), gravados no formato adobe PDF e em documento aberto, assim como 01 (uma) via original, impressa em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Programa: Word;
- Texto: ARIAL 12, justificado;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho A4 do papel;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita -2 cm cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaço de uma linha entre parágrafos;
- Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Também devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados e apresentar legendas e títulos completos e autoexplicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento.
- As palavras em outros idiomas deverão vir em itálico.
- Nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecedidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto.
- Os nomes populares compostos deverão ter hífen sempre que justificado. Nomes populares estarão sempre em minúsculas.
- Autores e obras citadas deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data.

Todo o material cartográfico deverá ser entregue em duas vias impressas e em meio digital, nos formatos mais apropriados para apresentação, discutidos e aprovados pela equipe de trabalho da SEMA/AM.

Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos ArcInfo, Arcview, ArcMap e Access, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado. Todos os dados produzidos deverão ser entregues no formato digital, em *Pendrive* e impressos em 02 (duas) vias em papel. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico observando o DATUM usado no país.

Toda a base cartográfica digital, constituída ou adquirida, pela CONTRATADA no formato *Shapefile* deverá obrigatoriamente ser disponibilizada à SEMA/AM, no momento da entrega do produto final, assim como, os memoriais descritivos pertinentes.

A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO em meio digital (e-mail ou *Pen Drive*), devidamente aprovados pela SEMA/AM.

9. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão da revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu está estimada em no máximo 06 (seis) meses, mas é tolerada a conclusão antecipada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela consultoria, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

Produtos	Valor (%)	Prazo (dias) – após assinatura do contrato
-----------------	------------------	---

1	Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.	5	Até 15 dias
2	Produto 2: Versão preliminar da revisão e atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeia produtiva, fundiário, pesquisa, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão relacionados ao Plano de Gestão vigente, em formato digital.	30	Até 80 dias
3	Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário e os programas de gestão da RDS Igapó-Açu, devendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.	15	Até 110 dias
4	Produto 4: Relatório de apresentação da revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS Igapó-Açu em versão digital.	10	Até 150 dias
5	Produto 5: Versão final da primeira Revisão do Plano de Gestão da RDS Igapó-Açu, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível a comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail ou Pendrive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato Shapefile.	40	Até 180

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

Todos os gastos com materiais de consumo, equipamentos, transporte e alimentação necessários para a expedição de campo e realização das oficinas serão fornecidos pela CONTRATADA, dentro das regras que o mesmo estabelece para contratação de consultoria de pessoa jurídica.

O presente contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pelo Ponto Focal e pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

10. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE

Todos os gastos com materiais de consumo, equipamentos, administração e pessoal necessário, correrão por conta da CONTRATADA e deverão fazer parte da sua proposta. Serão disponibilizados pela SEMA/AM mapas, croquis e demais informações e apoio relevantes à área da RDS Igapó-Açu.

11. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da SEMA/AM. A CONTRATADA fornecerá à SEMA/AM todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho da SEMA/AM um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A SEMA/AM e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA/AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA/AM. A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado. A SEMA irá solicitar 02 (duas) revisões no máximo para cada produto e a SEMA terá no máximo 10 dias úteis para dar o retorno a contratada, caso seja necessário adequações e ajustes.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em

até 10 dias úteis apontar da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão.

12. PRAZOS

A consultoria será realizada em até 180 dias, a contar da assinatura do contrato.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da CONTRATADA, estão descritos no cronograma de desembolso.

13. OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com logística (alimentação, combustível, locação de espaços para as reuniões, embarcações e demais veículos, piloteiros, cozinheiras, entre outros serviços prestados), itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização das atividades.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste TdR.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe até a RDS, bem como os custos de permanência de sua equipe no período de vigência do contrato, com a

supervisão da SEMA-AM. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização da atividade.

13.2 Obrigações da CONTRATANTE

Os mapas e o banco de dados de SIG e os estudos de análise das UC serão fornecidos pela SEMA-AM, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, cabendo a contratada solicitar formalmente.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo duas revisões.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião do conselho, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade.

14. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

14.1 Qualificação da Consultoria

A experiência da consultoria será comprovada mediante apresentação de atestados que comprovem sua experiência em Diagnóstico ou planejamento ambiental e trabalhos de elaboração e revisão de planos de gestão de Unidade de Conservação. É obrigatório que a empresa esteja relacionada com atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

14.2 Qualificação da equipe profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá atender as seguintes qualificações:

Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com

experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico, consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Ambientais e/ou Socioeconômicos. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes no Macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela qualidade e pela apresentação dos produtos objetos desse Termo de Referência.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análise do levantamento socioeconômico e cadeias produtivas: Formação acadêmica plena (Sociologia, Geografia, Agrônomo, Antropólogo, Engenharia Florestal ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em diagnósticos populacionais e de produção rural (agrícola, extrativismo, pesca, manejo de fauna silvestre, exploração florestal). Preferencialmente, ter experiência com a metodologia de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* e as demais constantes no macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pelos levantamentos e análises fundiárias: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais e geológicas (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O profissional deve ter experiência plena nas atividades de levantamento cartorial, da cadeia dominial e das características fundiárias de áreas protegidas naturais. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de Informações

Geográficas: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas.

Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador: Curso de formação em organização e moderação de oficinas. Experiência na organização e moderação de eventos participativos (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.), preferencialmente na região amazônica. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

14.3 Qualificação do Plano de Trabalho

A análise do Plano de trabalho considerará a adequação da Proposta aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma.